

Metamorfozes madeirenses

Jorge Freitas Branco

Agradeço o convite para participar neste fórum. Dois motivos tornam esta oportunidade grata para mim.

Em primeiro lugar para aqueles que tiveram oportunidade de assistir à sessão desta manhã; eu desde já gostava de dizer que estou a receber mais do que julgo poder dar. O conjunto de informações que esta manhã ouvimos sobretudo de colegas da área jurídica, foi para mim muito importante, porque se trata de uma matéria que eu não conhecia. A análise dessa vertente é fundamental.

Em segundo lugar, pretendo reflectir sobre uma experiência pessoal tida com a questão da colónia. Não fui socializado dentro desta questão social, nos moldes que ouvimos aqui anteriormente referir em alguns dos testemunhos prestados. A minha relação com a colónia é a que terão também muitos rapazes e raparigas da minha idade que cresceram no Funchal. É uma visão urbana, de ouvir falar de uma realidade que não conhecíamos, só de ouvir falar; era uma realidade quase tão estranha como ouvir falar de um exotismo num outro continente. Foi em termos intelectuais que me vi pela primeira vez confrontado o problema da colónia. Isso aconteceu no quadro da preparação da minha tese de doutoramento, que resolvi escrever sobre a Madeira. Julgo ser importante referi-lo, na medida em que a minha visão será naturalmente distinta da de uma pessoa que esteve pessoalmente empenhada ou que socialmente sofreu consequências dessas injustiças sociais.

Gostava também, de partilhar convosco uma outra sensação que tenho ao reflectir sobre o interesse relativo às questões insulares, sobretudo no domínio da história dos séculos XX e XIX. Por razões que mereceriam uma troca mais alargada de opiniões, parece-me estar instalado, um certo desinteresse por tudo o que remeta para este período. Diria ainda que, desde a autonomia, se constata existir nos grupos dominantes da sociedade madeirense, não hesito em afirmá-lo, como que um traumatismo relativo ao tratamento de matérias do nosso passado recente. A ser um facto, ele não terá a ver com as pessoas em geral, nem com personalidades, mas com uma contingência social carecendo de aprofundamento. Faço esta reflexão por comparação com outros contextos (autónómicos) insulares, como o dos Açores ou das Canárias. Precisamente sobre o movimento autónómico existem investigações com carácter de referência sobre o devir açoriano. O estado actual de conhecimentos sobre a Madeira contemporânea e recente está longe de atingir esse nível.

Uma outra questão que me permito colocar a discussão prende-se com a imagem e o conhecimento que se tem das regiões autónomas no continente. Uma boa parte da população continental vive num alheamento em relação a tudo o que tem a ver com os processos autónómicos, patente na expressão tão generalizante e globalizada de ilhas. E, no entanto, o processo das autonomias regionais em Portugal desencadeia-se, como se sabe, com as condições criadas pelo 25 de Abril. Mas foi uma transformação profunda que afectou só

uma parte da população portuguesa, a dos então arquipélagos dos Açores e da Madeira. A população continental estava na altura também empenhada em transformar a sociedade. Nestas circunstâncias as autonomias das duas regiões insulares surgem ainda hoje, para o comum do cidadão continental como um fenómeno interessante, mas distante. Estabeleça-se uma comparação com a Espanha pós-franquista, onde a questão das autonomias não foi assunto circunscrito a uma ou duas regiões, mas a todo o território do Estado espanhol. Diferente do nosso caso, no país vizinho toda a população foi directa e conscientemente envolvida na questão. É uma diferença que distingue os dois estados peninsulares, por sinal ambos com regiões insulares no Atlântico.

Neste contexto torna-se evidente que a questão da colónia é e provavelmente continuará a ser um assunto muito insular, de impacto regional, isto afirmado sem chauvinismo.

A razão que me levou a investigar a colónia foi o meu interesse pelo quadro social de produção agrícola tal como ele existiu desde finais do século XIII até finais do século XIX. Isso aconteceu em finais dos anos 1970, quando arrancava a regionalização. O problema da colónia pareceu-me central para explicar o devir da paisagem madeirense, tal como a conhecemos. Será que a Madeira teria sido sempre assim? E o Porto Santo? Seria que as diferenças entre as duas ilhas tinham só a ver com o quadro natural ou existiriam outros factores. Caso afirmativo, quais eram e como teriam eles agido? Formulando noutros termos: como teriam sido alterada a gestão dos recursos ecológicos? - A abundância de água na Madeira e a sua escassez no Porto Santo explicavam muita coisa, mas não tudo, sob pena de se explicarem processos sociais por determinismos geográficos.

Verifiquei igualmente que a imagem tida da ilha da Madeira, que é consumida como recurso turístico nasce no século XIX, baseando na estetização da paisagem, o tal cesto de flores flutuando no oceano, ou ainda como a pérola do oceano. Ora isto é uma visão oposta à que está hoje aqui colocada a debate. Por outro lado, ela existe e age sobre a realidade madeirense. Transformou-se em recurso económico fundamental. Não podemos ignorar a força das ideias que as sociedades fabricam de si próprias.

Perguntava-me se essa imagem teria correspondido sempre à realidade. Cheguei à conclusão que até meados de oitocentos, até à grande crise de fome, em 1847, o passado insular do século anterior tinha assentado numa dicotomia: para uma grande parte da população, a vida estruturava-se entre um império do vinho e a carência de cereal. Escasseando ou mesmo faltando o abastecimento do último, rebentavam as crises de subsistência.

O vinho era o principal bem de exportação integrado num circuito económico assente em rotas atlânticas, sobretudo em direcção às Américas, para as então colónias britânicas. A Madeira estava desde sempre incluída num contexto macroeconómico abrangente transoceânico. É importante sublinhá-lo, pois são parâmetros relevantes para a questão da colónia. Ela não pode ser analisada fora do contexto das relações externas.

A dicotomia produzir/ exportar vinho para importar/ abastecer a população de cereal foi um traço dominante no quotidiano insular. Quando rompem o equilíbrio instável nesta relação, instala-se uma grande crise e a fome. Começa-se então a debater na sociedade madeirense e não só, com muita veemência as causas da situação. Uma das razões apontadas foi o regime de propriedade. O problema não era novo, já tinha sido debatido no século anterior, também relativamente ao Porto Santo

Mesmo as classes dominantes chegavam à conclusão de que o sistema anterior havia acabado. Tornara-se inviável fornecer vinho generoso para um mercado longínquo, a fim de daí receber cereal para pão. Surgiam entretanto novos produtores de vinhos no mercado internacional, que concorriam, com vantagens. Era preciso inventar outra forma de inserir a Madeira no contexto internacional. Crescem as tensões sociais na sociedade insular, falham abastecimentos, geram-se fluxos migratórios. Crises similares viviam-se noutras sociedades insulares, como na Irlanda, que era invocada nos debates madeirenses. Este outro caso susceptível de comparação para melhor reflexão, foi talvez veiculado pelos britânicos estabelecidos no Funchal.

A solução que se foi delineando na Madeira não se verificou alterando o regime de propriedade. Tomaram-se outras medidas, como o incremento da plantação de “semilha” para a alimentação da população, como aliás acontecia na Irlanda. Este produto inovador foi plantado em terrenos de altitude, até aí vagos, pois nos terrenos sob o regime de colónia os senhores não se interessaram pela novidade que viam benéfica somente para os colonos, enquanto os últimos não viam vantagem sob as condições vigentes (termos da partilha das colheitas). Daqui acabou por resultar um aumento da área agricultada na ilha, desta feita num regime de exploração assente na renda em dinheiro. A questão da propriedade não sofria alterações significativas. Há um bloqueamento na sociedade. A questão da colónia permanece, torna-se específica da situação social madeirense

Nas décadas finais de oitocentos começam-se a esboçar sinais de alterações ao bloqueamento. As atenções começam a centrar-se na gestão da água, um recurso até aí tido como secundário. A construção de levadas, ou seja de um sistema de irrigação permitiria intensificar a produção nos terrenos agrícolas existentes, sem que fosse necessário mudar o regime de propriedade. Do ponto de vista formal, a questão da colónia perpetua-se.

Ao entrar no século. XX, a situação havia melhorado para a população madeirense, no que respeita a garantia da sua subsistência. O milho passara a ser a base da alimentação popular. Produzia-se em colheitas fartas, sem afectar as relações impostas pelo regime de colónia, desde que os terrenos tivessem acesso a água de rega. Este passou a ser o principal recurso e o mais disputado. Ao longo do século XX, o Estado foi chamando a si a tarefa de construir e ampliar sistemas de irrigação (as levadas). Graças ao milho, uma mesma área de terreno, contínua ou fragmentada, passava a garantir o sustento das famílias camponesas.

A configuração da paisagem madeirense alterou-se profundamente. Com a expansão da irrigação a costa sul mudou de cor, passando o verde a ser a cor

dominante. Apagavam-se as marcas características das quatro estações do ano. Pelas tonalidades dominantes, a costa sul assemelhava-se à do norte. O anterior contraste atenuara-se. Nascia um novo recurso para a sociedade madeirense: a estetização da paisagem. A ilha da Madeira deixa de ter, no sul, uma paisagem de sequeiro, passando a ser uma região húmida, pelo regadio generalizado.

Comparando a Madeira e o Porto Santo, como propus de início, compreendi então que a diferença não derivava de um determinismo geográfico, mas de alterações na sociedade, que se repercutiam na configuração da paisagem. No Porto Santo, não houve instalação de um sistema de irrigação. A opção foi o aproveitamento mais racional do regime de sequeiro (cereal e vinho, em detrimento do gado). Isto explicava a diferenciação existente nos implementos agrícolas. A provável concordância existente até finais de oitocentos, cedeu lugar à diferenciação, que conhecemos até à poucas décadas.

A colónia foi um dos quadros reguladores das relações sociais na sociedade insular. Foi-o antigamente, pelas assimetrias sociais que gerava. Continua hoje a sê-lo, pela componente que representa a memória em torno dessa desigualdade. Essa memória, conforme referi no início, está a ser sujeita a um apagamento. Quando uma sociedade, ou um grupo na sociedade, tenta silenciar a memória em torno de um acontecimento ou de um processo, não está a apagá-la, pois eles continuam como factos históricos. Silenciamento e exaltação da memória são elementos dum mesmo destino. É no peso atribuído pelos grupos intervenientes na sociedade a cada um dos elementos, que se define qual deles, em determinado período será o dominante.

Numa perspectiva cultural, a colónia constitui um facto social assente na oralidade. De realçar que isto se mantém numa época (finais do século XIX) em que as relações jurídicas tendem ao registo escrito. No quadro jurídico nacional pretende-se a abolição da oralidade nas relações jurídicas. Não Madeira não se verifica esta passagem à escrita neste domínio das relações sociais.

Qual a relação entre rotura e estabilidade na sociedade madeirense? Voltando à assimetria nas relações sociais implícitas ao regime de colónia. Será de averiguar quais os principais factores de estabilidade que se fizeram sentir nos períodos de crise. A título de exemplo, relembro situações de conflito, originados por dissidência religiosa. Menos conhecido é o período da guerra civil e do Liberalismo, que importa aprofundar. Interessa de igual forma investigar o contexto em que se promulga a legislação sobre a extinção da colónia, em 1977. Como todos os fenómenos políticos, a colónia caracteriza-se pela ambiguidade patente nas tensões que gera.

O que representou a colónia, desde o século XIX até ao presente? Para além do quadro jurídico existe uma dinâmica social, que se insere em contextos sucessivos. A colónia hoje aqui em debate não é a da altura em que a foi extinta, nem a que foi debatida em meados do século passado, ou sequer a denunciada nas polémicas de oitocentos. A perpetuação da colónia resultou das suas metamorfoses.

Antes de terminar, permito-me fazer uma sugestão.

Com o objectivo de suscitar mais interesse pelo conhecimento da sociedade madeirense do século XX, proponho a construção de um “site”, contendo um arquivo virtual da colónia. Tratar-se-ia de conceber a musealização em linha das metamorfoses que caracterizaram a colónia. A ênfase estaria colocada na relação entre acontecimento e memória: pela recolha, arquivo e tratamento de depoimentos escritos e orais, assim como pelas imagens compiladas.

Agradeço a atenção.

Bibliografia de orientação

(As referências seguintes não pretendem ser exaustivas. Tive-as em mente durante a minha intervenção; umas, porque se reportam à Madeira, as restantes por preocupação comparativa com outras sociedades insulares).

- Batista Medina, José Antonio, 2001, *El agua es de la tierra. La gestión comunal de un sistema de riego del nordeste de La Palma (Los Sauces)*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- Branco, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano do arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, D. Quixote.
- Câmara, Benedita, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cordeiro, Carlos, 1999, *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra.
- DRE [Diário da República electrónico]. *Extinção do regime de colónia*: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1977/10/24100/25112516.PDF>
- Fernandes, Ferreira, 2004, *Madeirense errantes*, Lisboa, Ofício do Livro.
- Gregory, Desmond, 1988, *The beneficent usurpers. A history of the British in Madeira*, Londres, Associated University Presses
- Nepomuceno, Rui, 1994, *As crises de subsistência na história da Madeira. Ensaio histórico*, Lisboa, Caminho.
- Nepomuceno, Rui, 2006, *A conquista da Autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Caminho.
- Nepomuceno, Rui, 2006, *História da Madeira. Uma visão actual*, Porto, Campo das Letras.
- Reyes Aguilar, Antonio, 1989, *Estrategias hidráulicas en la isla de La Gomera*, Santa Cruz de Tenerife, Museo Etnográfico.
- Silva, António Marques da, 1994, *O quotidiano madeirense, 1750-1900*, Lisboa, Caminho.
- Sousa, João José Abreu de, 1994, *História rural da Madeira. A colónia*, Funchal, DRAC.